

Número: 003.0.118013/2008 Original
Data: 15/8/2008 Hora: 16:29
Qt. Vol.: Recebido por: anapaulas



**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MINISTERIO PUBLICO
DO TRABALHO – PROCURADORIA REGIONAL
DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO E O MINISTERIO
PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA, PARA O
DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES INTEGRADAS
NO PROJETO MP E OS OBJETIVOS DO
MILÊNIO: SAÚDE E EDUCAÇÃO PARA TODOS.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**, por intermédio da Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região, inscrita no CNPJ sob o nº 026.989.715-0036-32, com sede na Avenida Sete de Setembro nº 308, Corredor da Vitória, Salvador/BA, CEP 40.080-001, representado neste ato pela Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional da 5ª Região, Doutora **SANDRA MARLICY DE SOUZA FAUSTINO**, [REDACTED]; e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, por intermédio da Procuradoria Geral de Justiça, inscrita no CNPJ sob nº 04.142.491/0001-66, com sede na Avenida Joana Angélica nº 1312, Nazaré, Salvador/BA, CEP 40.050-001, neste ato representado por seu Procurador-Geral de Justiça, Doutor **LIDIVALDO REACHE RAIMUNDO BRITTO**, [REDACTED]; [REDACTED] firmam o presente Termo de Cooperação Técnica, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FINALIDADE E OBJETO

O presente Termo de Cooperação Técnica tem por objetivo a realização de ações integradas entre o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Estadual, no âmbito do projeto "MP E OS OBJETIVOS DO MILÊNIO: SAÚDE E

Gabinete d. Procurador-Geral de Justiça
Recebido em 18/8/2008 às 14h

EDUCAÇÃO", visando ao combate e à erradicação do trabalho infantil no Município de Itabuna.

O Projeto, com duração indeterminada e cronograma inicial de um ano, objetiva analisar condições de funcionamento de hospitais e escolas do Município de Itabuna, através de visitas semanais pelos membros do Ministério Público Estadual e órgãos/entidades parceiras.

As ações coordenadas visando à erradicação do trabalho infantil, meta nacional de governo e atuação prioritária do Ministério Público do Trabalho, insere-se nos objetivos do projeto, vez que através de visitação às escolas do Município poderá ser diagnosticada a situação da educação e os potenciais focos de ocorrência de trabalho infantil, a partir de dados como evasão escolar, difícil acesso às escolas, não-funcionamento de escolas, dentre outros.



As visitas também possibilitarão a realização de trabalho educativo, com esclarecimentos sobre os direitos da criança e adolescente e os malefícios que o trabalho precoce traz à sociedade, envolvendo comunidade, pais, alunos, professores, órgãos e entidades parceiras.

A parceria também possibilitará a troca de informações, resultados e diagnósticos sobre irregularidades trabalhistas na área da saúde, detectadas durante as visitas aos hospitais, objetivando a sua correção e efetividade na atuação do Ministério Público.

CLÁUSULA SEGUNDA: EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

As visitas semanais contemplarão reuniões/palestras/seminários com a comunidade escolar/hospitalar, aproximando o Ministério Público da sociedade, de modo a possibilitar a verificação *in loco* de problemas na área da saúde e educação, recebimento de denúncias e trabalho informativo de esclarecimento da população sobre seus direitos fundamentais, trabalhando com noção de cidadania.

Durante as visitas serão distribuídas cartilhas acerca de direitos trabalhistas e sobre a campanha de erradicação do trabalho infantil.



PARÁGRAFO ÚNICO: Para a execução das atividades MPT e MPE poderão, em conjunto ou isoladamente, realizar parcerias com outros órgãos e instituições, como Ministério do Trabalho, CEREST, Secretaria de Direitos Humanos, FORUMAT, Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil, inclusive produção do material educativo.

CLÁUSULA TERCEIRA: OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

- 1- Acompanhar o MPE nas visitas a escolas e hospitais, observando uma periodicidade compatível com a realidade das condições técnicas e materiais do Ofício instalado na cidade de Itabuna/BA, com frequência mínima bimensal.
- 2- Participar das reuniões para execução do projeto, organização de atividades programadas e cronograma de execução.
- 3- Disponibilizar material informativo sobre direitos dos trabalhadores e combate à exploração do trabalho infantil, para divulgação durante ações do projeto e as visitas a escolas e hospitais.
- 4- Divulgar o projeto "MP e os objetivos do milênio: saúde e educação" em suas ações institucionais, e os resultados obtidos a partir das visitas a escolas e hospitais.

CLÁUSULA QUARTA: OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

- 1- Encaminhar ao MPT os relatórios, diagnósticos e denúncias de irregularidades trabalhistas recebidas ou detectadas nas visitas a escolas e hospitais da rede pública, especialmente quanto à contratação irregular de trabalhadores, violações ao meio ambiente do trabalho, ocorrências de evasão escolar, ausências de professores nas escolas, dificuldades de acesso das crianças à escola, e quaisquer outros fatores que impeçam a frequência dos alunos ao ensino regular, possibilitando a ocorrência de trabalho infantil na localidade.



- 2- Encaminhar previamente ao MPT, com 15 dias de antecedência, a programação de visitas a serem realizadas, para agendamento e priorização de locais onde haja maior foco de ocorrência de trabalho infantil ou evasão escolar e irregularidades na área da saúde.
- 3- Divulgar as realizações em parceria com o MPT, durante as ações institucionais no desenvolvimento e execução do Projeto, além dos resultados obtidos.

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO

Este Termo de Cooperação Técnica não tem prazo determinado, podendo qualquer das partes denunciá-lo à outra, mediante notificação escrita, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. A denúncia, porém, não prejudicará a colaboração mútua dos trabalhos em andamento no desenvolvimento e execução do Projeto.

CLÁUSULA SEXTA: DAS DESPESAS

O presente Termo de Cooperação Técnica não importa em ônus para qualquer das partes, estabelecendo-se a colaboração mútua quanto à utilização de transporte e material de apoio (notebook, folhas, CDs, etc.) durante as visitas, conforme disponibilidades e necessidades de cada órgão.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS ALTERAÇÕES

As adições ou variações em qualquer cláusula para modificar este Convênio, exceto quanto ao seu objeto, mediante consentimento mútuo, serão formalizadas através de Termos aditivos, que passarão a integrar este instrumento.

CLÁUSULA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO

Extrato deste Convênio será publicado:

- I – no Diário do Poder Judiciário, por iniciativa do Ministério Público do Estado

ST



da Bahia;

II – no Diário Oficial da União, por iniciativa do Ministério Público do Trabalho.

CLÁUSULA NONA: DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Salvador para dirimir quaisquer questões oriundas do presente ato, renunciando as partes convenientes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, firmam o presente Termo, em 03 (três) vias, para que produza seus efeitos legais, após a publicação na Imprensa Oficial.

Salvador, 11 de julho de 2008.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
LIDIVALDO REAICHE RAIMUNDO BRITTO
Procurador-Geral de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
SANDRA MARLICY DE SOUZA FAUSTINO
Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional
da 5ª Região

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF Nº:

NOME:

CPF Nº:



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
DIÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO

Data de Publicação: 28/08/2008 QUINTA-FEIRA
Edição Nº: 4.540
Ano: 18

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

RESUMO DE CONVÊNIO

CONVENENTES: Ministério Público do Estado da Bahia e Ministério Público do trabalho.

OBJETO: Realização de ações integradas entre os Convenientes, no âmbito do projeto "MP E OS OBJETIVOS DO MILÊNIO: SAÚDE E EDUCAÇÃO", visando ao combate e à erradicação do trabalho infantil no município de Itabuna.

VIGÊNCIA: Indeterminada.